

**VIVENDO NA LINHA DE FRENTE DA LUTA AMBIENTAL:
LIÇÕES DAS COMUNIDADES MAIS VULNERÁVEIS DOS ESTADOS UNIDOS**

**LIVING ON THE FRONTLINE OF ENVIRONMENTAL ASSAULT:
LESSONS FROM THE UNITED STATES MOST VULNERABLE COMMUNITIES**

Robert D. Bullard¹
Glenn S. Johnson²
Sheri L. Smith³
Denae W. King⁴

RESUMO

Este artigo apresenta as bases históricas e o contexto social do movimento por justiça ambiental nos Estados Unidos. Fornece uma crítica das políticas públicas e das práticas industriais que põem em perigo a saúde e a segurança das pessoas negras e de minorias etnicorraciais. Examina o papel dos grupos de base, das organizações comunitárias e do movimento negro no desmantelamento do racismo ambiental, explorando alguns casos emblemáticos, como a situação pós-furacão Katrina e o derramamento de óleo da British Petroleum (BP), em 2010. O artigo revela que as injustiças ambientais continuam sendo uma barreira que impede milhões de pessoas negras e de minorias etnicorraciais de viver em comunidades saudáveis, habitáveis e sustentáveis.

Palavras-chave: Justiça ambiental. Estados Unidos. Comunidades vulneráveis.

ABSTRACT

This paper presents the historical foundations and social context of the environmental justice movement in the United States. It provides a critique of government policies and industry practices that endanger the health and safety of African Americans and other minority groups. It examines the role of grassroots groups, community based organizations, and black institutions in dismantling the legacy of environmental racism, exploring some emblematic cases such as the post-Katrina and the BP oil spill in 2010. The paper reveals that environmental injustice remains a major barrier that impede millions of people of color from achieving healthy, livable, and sustainable communities.

Keywords: Environmental Justice. United States. Vulnerable communities.

¹ Decano da Barbara Jordan-Mickey Leland School of Public Affairs da Texas Southern University. Conhecido como o “pai da justiça ambiental”, é autor de dezoito livros que abordam o desenvolvimento sustentável, racismo ambiental, uso do solo urbano, reinvestimento comunitário, habitação, transporte, justiça climática, resposta a emergências, crescimento inteligente e equidade regional. Email: bullardrd@tsu.edu

² Vice-decano de Pesquisa e Pós-Graduação da Barbara Jordan-Mickey Leland School of Public Affairs e Diretor Interino do Centro para o Meio Ambiente, Justiça e Sustentabilidade da Texas Southern University.

³ Professor associado da Texas Southern University, no Departamento de Planejamento Urbano e Política Ambiental da Barbara Jordan-Mickey Leland School of Public Affairs.

⁴ Professor associado do Centro para o Meio Ambiente, Justiça e Sustentabilidade da Texas Southern University.

Traduzido por: Cleonice Puggian, Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ 2013-2016), Bolsista 1B de Produtividade em Pesquisa FUNADESP/UNIGRANRIO, docente do Mestrado em Letras e Ciências Humanas (UNIGRANRIO) e da Faculdade de Formação de Professores (UERJ). Email: cleo.puggian@gmail.com

Difícilmente um dia se passa sem que os meios de comunicação falem sobre alguma comunidade ou bairro que está lutando contra um aterro sanitário, incinerador, fábrica de produtos químicos ou algum outro tipo de indústria poluente. Isto nem sempre foi assim. Este artigo procura apresentar as bases históricas e o contexto social do movimento por justiça ambiental nos Estados Unidos da América (EUA). Fornece uma crítica e uma análise das políticas governamentais e práticas da indústria que põem em perigo a saúde e a segurança dos afro-americanos em seus bairros, locais de trabalho e áreas de lazer. Nossa discussão também examina o papel dos grupos de base, das organizações comunitárias e do movimento negro no desmantelamento do racismo ambiental.

Contexto histórico

Há apenas três décadas atrás o conceito de justiça ambiental não havia sido registrado pelos radares dos grupos que lutavam pelos direitos civis, pelas questões ambientais e por justiça social (BULLARD, 1994a). No entanto, não se deve esquecer que, em 1968, o Dr. Martin Luther King Jr. foi para Memphis em uma missão cujo foco era a justiça econômica e ambiental, a favor dos lixeiros negros que estavam em greve. Os grevistas exigiam igualdade salarial e melhores condições de trabalho. Infelizmente, Dr. King foi assassinado antes que pudesse completar sua missão.

Outra disputa marcante envolvendo lixo ocorreu em Houston, uma década depois, quando os moradores de uma comunidade afroamericana iniciaram uma amarga luta para manter um aterro sanitário fora do seu bairro de classe média no subúrbio da cidade (BULLARD, 1983). Moradores formaram o Grupo de Ação Comunitária do Nordeste ou NECAG. NECAG e sua advogada, Linda Bullard McKeever, entraram com uma ação coletiva para bloquear a construção do aterro. A ação de 1979, *Bean v. Southwestern Waste Management, Inc.*, foi a primeira de seu tipo a desafiar a implantação de um aterro sanitário invocando a lei dos direitos civis. O caso emblemático de Houston ocorreu três anos antes do movimento por justiça ambiental receber atenção nacional em virtude de uma ocorrência no condado americano de Warren, na Carolina do Norte, onde a maioria dos habitantes era negra.

O movimento por justiça ambiental já percorreu um longo caminho desde seu humilde começo em Warren County, na Carolina do Norte, onde a luta contra um aterro com bifenilos policlorados (PCB) desencadeou protestos e mais de 500 prisões. Os protestos no Condado de Warren impulsionaram um estudo do General Accounting Office dos Estados Unidos da América (1983), intitulado “Implantação de Aterros de Resíduos Perigosos e sua Correlação com

o Status Racial e Econômico das Comunidades Vizinhas”⁵. Esse estudo revelou que três, em cada quatro aterros comerciais com resíduos perigosos na região 4 (que inclui Alabama, Flórida, Geórgia, Kentucky, Mississippi, Carolina do Norte, Carolina do Sul e Tennessee), estavam localizados em comunidades predominantemente negras, embora as comunidades negras representassem apenas 20 por cento da população da região. Assim, a conquista mais importante dos manifestantes foi colocar o “racismo ambiental” no mapa.

Os protestos também levaram a Comissão de Justiça Racial (1987) a produzir o relatório “Resíduo Tóxico e Raça”⁶, o primeiro estudo nacional a correlacionar a localização das estações de descarte de resíduos tóxicos a características demográficas. Descobriu-se que raça era a variável mais potente para prever a localização das estações de descarte – sendo mais potente que pobreza, valor da terra e casa própria. O relatório “Lixo Tóxico e Raça Vinte Anos Depois (1987-2007)”⁷ concluiu que a distribuição das instalações de resíduos perigosos comerciais do país continuavam correspondendo às disparidades raciais e socioeconômicas. A avaliação atual usa métodos modernos que facilitam a correspondência entre onde as pessoas vivem e a localização das instalações de resíduos perigosos. Estes estudos mostram que as pessoas negras estão mais concentradas em torno de instalações de tratamento de resíduos perigosos do que antes (BULLARD et al, 2007; BULLARD 2007a, 2007b).

Em 1990, no livro intitulado “Despejando em “Dixie”⁸: Raça, Classe e Qualidade Ambiental”⁹, narrou-se a convergência de dois movimentos sociais (o movimento por justiça social e os movimentos ambientais) que formaram o movimento por justiça ambiental (BULLARD, 1994b). Este livro destaca o ativismo ambiental dos negros no Sul dos EUA, ou seja, na mesma região que deu origem ao movimento moderno pelos direitos civis. O que começou como lutas comunitárias contra instalações para resíduos tóxicos, muitas vezes locais e isoladas, tornou-se um movimento que aborda múltiplas questões, sendo multiétnico e multirregional.

Em 1991 aconteceu a Primeira Cúpula Nacional das Lideranças Ambientais das Pessoas de Cor¹⁰, que foi o evento mais importante na história do movimento por justiça ambiental. A Cúpula ampliou o movimento para além do seu foco inicial anti-tóxico, para incluir questões de

⁵ Nota da tradutora: como várias obras citadas neste texto não possuem tradução em língua portuguesa, optamos, em caráter informativo, por uma tradução livre dos títulos no corpo do texto. O título original será apresentado em nota de rodapé. Título original: *Siting of Hazardous Waste Landfills and Their Correlation with Racial and Economic Status of Surrounding Communities*.

⁶ Título em inglês: *Toxic Waste and Race*.

⁷ Título em inglês: *Toxic Waste and Race at Twenty 1987-2007*.

⁸ Nota da tradutora: termo informal que se refere à região Sul dos Estados Unidos.

⁹ Título em inglês: *Dumping in Dixie: Race, Class, and Environmental Quality*.

¹⁰ Nota da tradutora: a expressão “pessoas de cor” refere-se a indivíduos que não são brancos e não possuem descendência europeia.

¹¹ Título em inglês: *First National People of Color Environmental Leadership Summit*.

saúde pública, segurança do trabalhador, uso do solo, transporte, habitação, alocação de recursos e capacitação da comunidade (LEE, 1992a). O encontro também demonstrou que é possível a construção de um movimento de base multirracial em torno da justiça ambiental e econômica (ALSTON, 1992).

Realizada em Washington (DC), o encontro de quatro dias teve a participação de mais de 650 líderes de base nacionais e de todo o mundo. Os delegados vieram de todos os cinquenta estados, incluindo Alasca, Havaí, Porto Rico, Chile, México e de lugares tão distantes como as Ilhas Marshall. As pessoas que participaram da Cúpula partilharam suas estratégias de ação, redefinindo o movimento ambiental e desenvolvendo planos comuns para resolver os problemas ambientais que afetam as pessoas de cor nos Estados Unidos e ao redor do mundo. Em 27 de setembro de 1991, os delegados da Cúpula definiram dezessete “Princípios da Justiça Ambiental”. Estes princípios foram desenvolvidos como um guia para organizar, estabelecer redes e relações entre as organizações não-governamentais (ONGs). Em junho de 1992, as traduções em espanhol e português dos Princípios já estavam sendo distribuídas e usadas por ONGs e grupos de justiça ambiental na Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro.

A publicação do “Diretório de Grupos Ambientais de Pessoas de Cor”¹² em 1992, 1994 e 2000, revelou ainda que as organizações de justiça ambiental são encontradas de costa a costa nos Estados Unidos, no Distrito de Columbia, em Porto Rico, no México e no Canadá. Grupos passaram a aceitar uma ampla gama de questões, incluindo a saúde pública, a saúde das crianças, prevenção da poluição, localização de novos empreendimentos, habitação, reutilização de terrenos contaminados por resíduos tóxicos, reinvestimento na comunidade, poluição do ar, expansão urbana, uso da terra, segurança do trabalhador, participação pública, discriminação no transporte, crescimento inteligente e equidade regional (BULLARD, 2000a).

O paradigma da Justiça Ambiental

Apesar das melhorias significativas na proteção ambiental ao longo das últimas décadas, milhões de americanos continuam a viver em condições inseguras e insalubres. Como dissemos anteriormente, muitas comunidades economicamente empobrecidas e seus habitantes estão expostos a maiores riscos para a saúde - seja em suas casas, empregos e vizinhanças - quando comparados com os grupos mais abastados (BULLARD, 1994a, 1994b; US EPA, 1992; BRYANT; MOHAI, 1992; BRYANT, 1995; CALLOWAY; DECKER, 1997; COLLIN; COLLIN, 1998).

A resistência das comunidades de base, de Nova Iorque a Los Angeles, surgiu em resposta a práticas, políticas e condições que os residentes julgaram ser injustas, desiguais e ilegais. Algumas destas condições incluíam: (1) a aplicação desigual de direitos civis, ambientais e leis de saúde pública, (2) exposição diferenciada de algumas populações à produtos químicos, pesticidas e outros tóxicos em casa, na escola, vizinhança e locais de trabalho, (3) suposições equivocadas no cálculo, avaliação e gestão de riscos, (4) práticas discriminatórias de zoneamento e uso do solo, e (5) práticas de exclusão que limitam a alguns indivíduos e grupos a participação na tomada de decisão (LEE 1992b; BULLARD 1993a, 1993b).

Justiça ambiental é definida como o tratamento justo e o envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente da raça, cor, nacionalidade ou de renda em relação ao desenvolvimento, implementação e aplicação das leis ambientais, regulamentos e políticas. Tratamento justo significa que nenhum grupo de pessoas, incluindo os grupos raciais, étnicos ou sócio-econômicos devem suportar uma parcela desproporcional das conseqüências ambientais negativas resultantes de operações industriais, municipais e comerciais ou a execução de programas federais, estaduais e locais, assim como programas e políticas tribais (US EPA, 1998).

Durante a sua história de 43 anos, a Agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA) nem sempre reconheceu que muitas práticas do governo e da indústria (intencionais ou não) tem um impacto adverso sobre as pessoas pobres e pessoas de cor. Crescente resistência das comunidades de base surgiu em resposta às práticas, políticas e condições que os residentes julgaram ser injustas, iníquas e ilegais. A EPA deve fazer cumprir as leis e regulamentos ambientais do país igualmente em todo o território nacional. Isto é necessário para proteger todos os americanos - não apenas indivíduos ou grupos que podem pagar advogados, lobistas e especialistas. A proteção ambiental é um direito, não um privilégio reservado para alguns que podem “votar com os pés”¹³, escapar ou se defender de agressões ambientais.

O atual sistema de proteção ambiental administra, regula e distribui riscos (BULLARD, 1996). O paradigma dominante de proteção ambiental institucionaliza a aplicação desigual, troca a saúde humana por lucro, coloca o ônus da prova sobre as “vítimas” e não sobre as indústrias poluidoras, legitima a exposição humana a produtos químicos, pesticidas e substâncias perigosas prejudiciais à saúde, promove tecnologias que oferecem “riscos”, explora a vulnerabilidade das comunidades economicamente e politicamente marginalizadas, subsidia a destruição ecológica, cria uma indústria em torno de avaliação de risco e gestão de riscos, atrasa ações de limpeza e falha no desenvolvimento de ações para a prevenção da poluição como estratégia global e

¹² Título em inglês: *People of Color Environmental Groups Directory*.

dominante (BULLARD, 1993a, 1993b, 1993c).

Um número crescente de evidências revela que as pessoas de cor e de baixa renda estão expostas a maiores riscos ambientais e de saúde do que a sociedade em geral, seja em seus bairros, locais de trabalho ou áreas de lazer (JOHNSON et al, 1992; NATIONAL INSTITUTE FOR ENVIRONMENTAL HEALTH SCIENCES, 1995). Por outro lado, o paradigma da justiça ambiental abrange uma abordagem holística para a formulação de políticas e normas de saúde ambiental, desenvolvendo estratégias de redução de riscos múltiplos, cumulativos e sinérgicos, garantindo a saúde pública, aumentando a participação pública na tomada de decisões, a construção de infra-estrutura para alcançar a justiça ambiental e comunidades sustentáveis, garantindo a cooperação e coordenação interinstitucional, desenvolvendo parcerias e colaborações inovadoras entre as esferas pública e privada, melhorando as estratégias de prevenção da poluição e o desenvolvimento econômico sustentável baseado nas comunidades, assim como o desenvolvimento de programas que sejam geograficamente orientados e que envolvam toda a comunidade.

A questão da justiça ambiental não está ancorada em debater se os gestores devem ou não mexer com a avaliação e gestão de riscos. O quadro de justiça ambiental (QJA) fundamenta-se no desenvolvimento de ferramentas e estratégias para eliminar as condições e decisões abusivas, injustas e desiguais (BULLARD, 1996). Também tenta descobrir os pressupostos subjacentes que contribuem e produzem exposições diferenciadas e proteção desigual. Ele traz à tona as questões éticas e políticas de “quem recebe o quê, quando, porquê e quanto”.

Em resposta à crescente preocupação pública e evidência científica, o Presidente Clinton, em 11 de fevereiro de 1994 (o segundo dia do simpósio nacional de saúde), emitiu a Ordem Executiva 12898, intitulada “Ações Federais para Justiça Ambiental em Populações Minoritárias e Populações de Baixa Renda”¹⁴. Esta Ordem procurou abordar a injustiça ambiental dentro das leis e regulamentos federais existentes. A Ordem Executiva 12898 reforça a Lei dos Direitos Civis de 1964, Título VI, que proíbe práticas discriminatórias em programas que recebem verbas federais.

A Ordem também chamou atenção para a Política Nacional do Meio Ambiente¹⁵ (NEPA), com 25 anos de idade, que define os objetivos da política para a proteção, manutenção e melhoria do ambiente. O objetivo da NEPA é garantir para todos os americanos um ambiente seguro, saudável, produtivo, que seja culturalmente e esteticamente agradável. NEPA exige que as

¹³ Nota da tradutora: a expressão “votar com os pés” refere-se ao ato de afastar-se de uma situação como forma de expressar discordância.

¹⁴ Título em inglês: *Federal Actions to Address Environmental Justice in Minority Populations and Low-Income Populations*.

¹⁵ Título em inglês: *National Environmental Policy Act* (NEPA).

agências federais preparem uma declaração detalhada sobre os efeitos ambientais das ações federais, as quais afetam significativamente a qualidade da saúde humana (COUNCIL ON ENVIRONMENTAL QUALITY, 1997).

A Ordem Executiva exige o aperfeiçoamento das metodologias para avaliar e mitigar impactos; avaliar os efeitos da exposição múltipla e cumulativa a poluentes sobre a saúde; coletar dados em populações de baixa renda e grupos minoritários que podem estar desproporcionalmente em risco; avaliar e mitigar os impactos sobre os pescadores artesanais e comunidades dependentes da vida selvagem. Além disso, incentivava a participação das populações afetadas nas diversas fases da avaliação de impactos - incluindo a delimitação do escopo, a coleta de dados, as alternativas, análise, mitigação e monitoramento.

A Ordem Executiva estava focada na “subsistência” de pescadores e de comunidades dependentes da vida selvagem. Nem todas as pessoas compram peixe no supermercado. Há muitas pessoas nos EUA que são pescadores de subsistência, que pescam para obter proteína, que, basicamente, subsidiam seus orçamentos e suas dietas através da pesca em rios, córregos e lagos, os quais estão poluídos. Estas subpopulações podem ficar desprotegidas, especialmente quando o paradigma dominante de risco orienta as premissas do processo de tomada de decisões.

Empreendimentos poluentes e a raça dos residentes

Em 1979, o estudo de resíduos sólidos de Houston foi um dos primeiros a estabelecer conexão entre a localização dos aterros e a raça dos habitantes (BULLARD, 1983). Mais de 80 por cento dos resíduos produzidos em Houston da década de 1920 até a década de 1970 foi para aterros e incineradores localizados em bairros com habitantes majoritariamente negros. Entretanto, durante um período de cinco décadas, os negros representavam apenas 25 por cento da população total da cidade. Claramente, o estudo mostrou que a Houston Negra estava recebendo muito mais do que a sua parte do lixo da cidade.

Em 1990, o livro “Despejando em Dixie” documentou a dinâmica racial envolvida na localização de depósitos de resíduos perigosos, incineradores, fundições de chumbo, refinarias, fábricas de produtos químicos e terrenos municipais (BULLARD 2000b, 1990). Nos Estados Unidos, ser pobre, da classe trabalhadora, ou de cor, muitas vezes também significa carregar uma parcela desproporcional dos problemas ambientais do país. O racismo ambiental foi codificado pelas leis de “Jim Crow” e reforçado por políticas e práticas que destinavam usos indesejáveis da

terra (ou LULUs)¹⁶ para comunidades negras. Começando com a premissa de que todos os americanos têm o direito básico de viver em um ambiente saudável, *Despejando em "Dixie"* narrou os esforços de cinco comunidades afro-americanas, empoderadas pelo movimento dos direitos civis, que procuraram conectar ambientalismo com questões de justiça social.

As pessoas de cor e pessoas pobres vivem com mais poluição do que o resto da nação (PACE, 2005). Os afro-americanos são 79 por cento mais propensos que os brancos a viver em bairros onde se suspeita que a poluição industrial represente a maior fonte de perigo à saúde. Afro-americanos em 19 estados são mais do que duas vezes mais propensos que os brancos a viver em bairros com altos índices de poluição e um padrão semelhante foi descoberto para os hispânicos em 12 estados e asiáticos em sete estados.

Mais de 68 por cento dos afro-americanos vivem em um raio de 30 milhas de uma termelétrica a carvão – uma distância dentro da qual se espera que ocorram os efeitos máximos dos resíduos expelidos pela chaminé. Em comparação, apenas 56 por cento dos brancos e 39 por cento dos latinos vivem na mesma proximidade de uma termelétrica a carvão (CLEAR THE AIR et al., 2002). Focando no PM_{2.5} e ozônio, os pesquisadores descobriram que negros não-hispânicos são constantemente sobre-representados em comunidades com menor qualidade do ar (MIRANDA 2011). Comunidades de baixa renda e minorias em Michigan tendem a experimentar níveis mais altos de poluição do ambiente. A poluição do ar a partir de fontes industriais perto de escolas públicas em Michigan põe em risco a saúde e o sucesso acadêmico das crianças, de acordo com um estudo de pesquisadores da Universidade de Michigan (MOHAI et al. 2011). Os pesquisadores descobriram que as escolas localizadas nas áreas com os maiores níveis de poluição do ar causada por indústrias tiveram as menores taxas de frequência – um indicador de pouca saúde – assim como a maior proporção de alunos que não correspondeu aos padrões dos testes educacionais exigidos pelo estado. Estudantes de grupos minoritários parecem suportar o maior fardo. Enquanto 44,4 por cento de todos os estudantes brancos no estado frequentam escolas localizadas em 10 por cento dos locais mais poluídos, 81,5 por cento de todos os alunos afro-americanos e 62,1 por cento de todos os estudantes latino-americanos, frequentam escolas nas zonas mais poluídas.

Em 2012, um estudo descobriu que comunidades de baixa renda e comunidades de cor nos 14 condados da região de Atlanta eram mais propensos a viver perto e ser desproporcionalmente afetados pela poluição do que outros (GREENLAW, 2012). Os “hotspots da justiça ambiental”, lugares com mais fontes de poluição, eram áreas onde havia densidades extraordinariamente altas de grupos minoritários ou áreas onde as pessoas não falavam inglês

¹⁶ Expressão em inglês: *Locally unwanted land uses or LULUs*.

como primeira língua (GREENLAW, 2012). Examinando o inventário de liberação tóxica (TRI) dos empreendimentos na área da baía de San Francisco, na Califórnia, os pesquisadores descobriram que dois terços das pessoas que viviam dentro de uma milha de tais empreendimentos eram pessoas de cor, enquanto dois terços das pessoas que viviam a mais de 2,5 milhas de distância eram brancos (PASTOR et al., 2001). Entre o grupo dos latinos e asiáticos, os mais propensos a estar perto de lançamentos eram os “lingüisticamente isolados”, um fato com implicações importantes para a divulgação e participação da comunidade.

Quando se rastreia a poluição proveniente de certas empresas para comunidades específicas, os lugares mais poluídos tendem a ter percentagens significativamente mais elevadas de pessoas de cor, sendo maior que a média. As pessoas de cor suportam mais da metade dos impactos na saúde humana causados pela poluição do ar resultantes da operação das 10 empresas no topo da lista das “100 mais tóxicas” (ASH et. al., 2009). Grande parte das indústrias poluidoras instalam-se de acordo com um modelo racialmente segregado de habitação. Nacionalmente, as famílias negras, brancas e hispânicas com rendimentos semelhantes vivem em bairros com qualidade ambiental diferente (DOWNEY & HAWKINS, 2008). Mães afro-americanas e mães solteiras com as crianças vivem nos bairros mais poluídos dos Estados Unidos. Comunidades de baixa renda, em bairros predominantemente negros, sofrem uma carga de poluição muito maior do que a dos brancos, hispânicos e asiáticos. Isto não se explica pela pobreza. As famílias negras com renda de US \$ 50.000 a \$ 60.000 dólares vivem em bairros que são, em média, mais poluídos do que a média dos bairros onde moram famílias brancas com renda inferior a US \$ 10.000 (DOWNEY & HAWKINS, 2008).

Raça ainda é um fator poderoso no processo de identificação dos bairros expostos à poluição e riscos ambientais. Em 2007, o documento “Resíduos Tóxicos e Raça Vinte Anos Depois”, relatou que raça continua a ser a variável mais importante para explicar a localização das 413 instalações de resíduos perigosos comerciais do país (BULLARD et al., 2007). As pessoas de cor eram a maioria (56%) das pessoas que viviam em bairros dentro de duas milhas de instalações comerciais de resíduos perigosos, quase o dobro do percentual que havia em áreas além das duas milhas (30%); em vizinhanças onde havia várias instalações, as pessoas de cor correspondiam a mais de dois terços dos habitantes, sendo a grande maioria (69%); em 2007, as pessoas de cor estavam mais concentradas ao redor de empreendimentos perigosos do que em 1987.

Locais de despejo mortais

Claramente, os afro-americanos e outras pessoas das comunidades de cor nos Estados Unidos continuam a ser desproporcionalmente e negativamente impactadas por toxinas. Moradores negros em comunidades localizadas no perímetro com indústrias poluentes constituem uma população com necessidades especiais que merece atenção especial. Acidentes com produtos tóxicos não são novidade para muitos americanos que são forçados a viver ao lado de indústrias químicas que jogam seus venenos no ar, água e solo (BULLARD, 2005a). Quando ocorrem (e não se ocorrem) acidentes químicos, funcionários do governo e da indústria, muitas vezes instruem os moradores da comunidade a “abrigarem-se na própria residência”. Na realidade, janelas e portas trancadas não bloqueiam os produtos químicos que atingem as comunidades próximas, nem removem a causa da ansiedade e do medo dos problemas de saúde desconhecidos que podem demorar décadas para aparecer.

Limpendo o racismo tóxico – mas sem nenhuma reparação para as vítimas

Em dezembro de 2003, depois de esperar mais de duas décadas, uma vitória da justiça ambiental finalmente chegou para os moradores do condado predominantemente negro de Warren, na Carolina do Norte. Desde 1982, os moradores do condado viveram com o legado de um depósito de lixo tóxico com 142 acres. O trabalho de desintoxicação começou no depósito em junho de 2001 e o último trabalho de limpeza terminou no final de dezembro de 2003. O estado e agências federais gastaram US\$ 18 milhões de dólares para desintoxicar e neutralizar o solo contaminado no aterro de PCB do Condado de Warren (RAWLINS, 2003). A empresa privada contratada pelo estado cavou e incinerou 81.500 toneladas de terra misturada com óleo em um forno que chegou a mais de 800 graus Fahrenheit para remover os PCB (bifenilos policlorados). O solo foi colocado de volta em uma vala do tamanho de um campo de futebol, re-coberto para formar um monte, arado e semeado com grama.

Líderes locais do condado de Warren e seus aliados em todo o estado merecem uma medalha de ouro por não desistir da longa luta e pressionar funcionários do governo para manter a promessa de limpar a bagunça que eles criaram. Esta não foi uma pequena vitória, considerando os déficits do estado da Carolina do Norte, cortes no orçamento e promessas quebradas no passado. Moradores e representantes do governo agora devem decidir o que fazer com o local. O polêmico aterro de PCB é de propriedade do Departamento de Meio Ambiente e Recursos Naturais da Carolina do Norte (DENR) e está localizado a 60 km a nordeste de Raleigh, a partir da rodovia SR 1604 North Carolina e US Highway 401. Na placa da entrada do aterro de PCB

do Condado de Warren lê-se: “Aterro de PCB – Entrada Proibida”. Claramente, a frase “Justiça atrasada é justiça negada” seria a mais apropriada para uma nova placa na entrada do local. O depósito de resíduos tóxicos foi instalado a força na pequena comunidade de Afton - cuja população, em 1982, era formada majoritariamente por negros (84%) - ajudando a desencadear o Movimento Nacional por Justiça Ambiental (MJA). Enquanto os “despejos da meia-noite” foram multados e presos, a inocente comunidade Afton recebeu a sentença de viver por 20 anos aprisionada a um depósito de resíduos tóxicos.

Mais tarde, o aterro de PCB tornou-se o símbolo mais reconhecido do condado. Apesar do estigma, Warren County também se tornou um símbolo para o Movimento de Justiça Ambiental (MJA). Residentes do Condado de Warren pediam uma solução permanente e não uma solução rápida e barata, que eventualmente poderia resultar no vazamento dos PCBs em águas subterrâneas e poços. Suas vozes caíram em ouvidos surdos. As autoridades estaduais e federais decidiram construir um aterro sanitário, a resolução mais barata. Em 1993, sabia-se que o aterro estava falhando e por uma década os líderes comunitários pressionaram o estado para descontaminar o local.

Moradores do Condado de Warren queriam garantias de que o governo não estava criando um “superfundo” para o futuro, o qual ameaçaria os residentes das proximidades. Funcionários do estado da Carolina do Norte e os funcionários federais da Agência de Proteção Ambiental não deram garantias, pois não há tal coisa como um aterro de resíduos perigosos 100 por cento seguro, que não acabará por vaziar. Tudo se resumia a confiar. Comunidades podem realmente confiar governo (estadual e federal) para fazer a coisa certa? A história recente e centenas de livros estão cheios de estudos de caso em que o governo esconde ou minimiza ameaças reais à saúde pública. Mesmo após a desintoxicação, alguns moradores do Condado de Warren ainda questionavam a abrangência da limpeza, especialmente a contaminação que poderia ter migrado para além do aterro de 3 hectares – para dentro da zona de amortecimento de 137 acres que cerca o aterro, assim como para o riacho próximo e para sua bacia hidrográfica. PCBs são poluentes persistentes, bioacumuláveis e tóxicos (PBTs), ou seja, eles são substâncias altamente tóxicas, de longa duração, que podem acumular-se para níveis que são prejudiciais à saúde humana e aos ecossistemas. PCBs não são algo que a maioria dos americanos gostaria de ter como vizinhos. PCBs são, provavelmente, carcinogênicos humanos. Eles também causam efeitos no desenvolvimento, tais como baixo peso ao nascer, além de interromper a função hormonal.

O Condado de Warren está localizado no leste da Carolina do Norte. Os 29 municípios localizados no “Leste de Baixo” (“Down East”) são visivelmente diferentes do resto da Carolina

do Norte (RICKETTS; POPE, 2002). De acordo com o censo de 2000, os brancos representavam 62 por cento da população no leste da Carolina do Norte e 72 por cento em todo o estado. Os negros estavam concentrados no nordeste e nas partes centrais da região. O Condado de Warren é um dos seis condados da região onde os negros representavam a maioria da população em 2000: Bertie County (62,3%), Hertford (59,6%), Northhampton (59,4%), Edgecombe (57,5%), Warren (54,5%) e Halifax (52,6%). O leste da Carolina do Norte também possui outros indicadores significativamente inferiores ao resto do estado (MCLAUGHLIN, ND). Em 1999, a renda per capita na Carolina do Norte era de U\$ 26.463 dólares, mas na região leste foi de apenas U\$ 18,550 dólares (RICKETTS & POPE, 2002).

O Condado de Warren possui, assim, quatro vulnerabilidades: a maioria dos habitantes é negra, é pobre, rural e politicamente impotente. Em 1980, o município tinha uma população negra de 16.232 habitantes, que correspondia a 63,7 por cento da população do município e 24,2 por cento da população do estado. Em todos os principais indicadores sociais o Condado continua tendo uma situação pior do que a do estado. Em 1982, a renda *per capita* dos residentes do Condado de Warren era de U\$ 6,984 dólares, em comparação com U\$ 9,283 dólares para o estado. Os residentes do condado recebiam 75 por cento da renda per capita do estado. Em razão da infra-estrutura desta parte da Carolina do Norte, tanto o trânsito como o desenvolvimento econômico iam para muito longe do Condado de Warren. Geralmente, o desenvolvimento ocorre ao longo das principais rodovias e o desenvolvimento econômico não aconteceu na maior parte do Condado. Em 1999, mais de 19,4 por cento dos residentes de Warren, em comparação com 12,3 por cento dos habitantes do estado, viviam abaixo da linha de pobreza. O Condado de Warren não conseguiu atrair novos negócios.

É importante que o estado tenha finalmente desintoxicado o aterro de PCB de Warren, um problema que ele mesmo criou para os residentes locais. Esta é uma grande vitória para os moradores e para o MJA. No entanto, também é importante garantir que a área que circunda o terreno assim como a comunidade local tenham a sua condição ambiental original restaurada. A desintoxicação do aterro não traz a comunidade de volta à sua condição ambiental pré-1982, quando era livre da contaminação por PCB. O solo ainda contém pequenos níveis PCB que estão enterrados a pelo menos 15 metros abaixo da superfície do aterro. Autoridades do governo afirmam que o local é seguro e adequado para reutilização. No entanto, nenhum deles vive ao lado do aterro. Embora subsistam algumas dúvidas sobre a reutilização adequada do local, não há nenhuma evidência de que a terra foi trazida de volta à sua condição pré-1982, quando casas com porões poderiam ter sido construídas e ocupadas e vegetais cultivados nos jardins com pouca preocupação quanto à segurança ou contaminação tóxica.

A instalação do aterro de PCB em Afton é um caso clássico de racismo ambiental. Em todo o mundo, o racismo ambiental é definido como uma violação dos direitos humanos. Argumentos fortes e convincentes foram feitos a favor das reparações como um remédio para o grave abuso dos direitos humanos. Sob a tradicional lei e política de direitos humanos, esperamos que os governos que praticam ou toleram a discriminação racial reconheçam e acabem com essa violação, compensando as vítimas. Remediação ambiental não é reparação. Nenhuma reparação foi paga pelas duas décadas de perdas econômicas, danos psicológicos e angústia mental sofridas pelos moradores do Condado de Warren.

A justiça não estará completa até que os 20 mil moradores do Condado recebam um pedido público de desculpas e alguma forma de reparação financeira daqueles que cometeram este ato de racismo ambiental contra os cidadãos locais. O valor da reparação é problemático, pois é difícil precificar a paz de espírito. No mínimo, os residentes do Condado de Warren devem receber reparações iguais ao custo de desintoxicar o aterro ou US\$ 18 milhões de dólares. Outra opção poderia incluir o pagamento de, no mínimo, US\$ 1 milhão por ano para cada ano que a comunidade de Afton, de maioria negra, sediou o aterro de PCB, ou seja, US\$ 21 milhões de dólares.

Provavelmente não seria difícil para um Condado cujos habitantes são, em sua maioria, negros e pobres, onde não há sequer um hospital, gastar de US\$ 18 a 21 milhões de dólares. Os hospitais mais próximos de Afton estão localizados na vizinha Vance County (a 15 milhas de distância) e do outro lado da fronteira do estado, em South Hill, Virginia (a 33 milhas de distância). Algumas pessoas podem pensar que a idéia de pagar reparações ou danos monetários é um pouco rebuscada. No entanto, até que a comunidade afetada se recomponha completamente, a vitória da desintoxicação do aterro de PCB, conquistada pela tenacidade e perseverança dos moradores do Condado de Warren, continuará incompleta.

Quando se trata de fazer cumprir os direitos das pessoas pobres e pessoas de cor nos EUA, funcionários do governo muitas vezes olham para o outro lado. Frequentemente devem ser alertados sobre o cumprimento das leis e regulações ambientais e civis, sem distinção de raça, cor, nacionalidade e origem socioeconômica (classe). As leis, regulamentos e ordens executivas só servem quando são cumpridas. A aplicação desigual dos mecanismos legais deixou muitas comunidades de pessoas pobres e de cor desprotegidas ambientalmente. Aguardar a ação do governo pode ser uma receita para o desastre.

Raça, local e Justiça Ambiental no pós-Katrina em Nova Orleans

Em 29 de agosto de 2005, o furacão Katrina devastou Nova Orleans, uma cidade americana construída abaixo do nível do mar e cujos manguezais, que normalmente servem como um amortecedor natural contra a tempestade, tinham sido destruídos por construtoras (PASTOR et al. 2001); um dos maiores desastres da história dos EUA, um desastre que ainda está em curso (DYSON, 2006; HEERDEN; BRYAN, 2006; HORNE, 2006; MANN, 2006; BRUNSMAN et al 2007). Um comentarista da *Business Week*, publicada em setembro de 2005, descreveu o manuseio das incontáveis toneladas de “gosma letal”, como a “mãe de todas as limpezas de tóxicos” (*Business Week*, 2005). No entanto, a questão de bilhões de dólares que se põe à Nova Orleans é que bairros serão limpos, quais continuarão contaminados e quais se transformarão em depósitos para a destruição gerada pela tempestade e para o que restou das casas que foram inundadas.

Limpendo bairros tóxicos

As inundações na área metropolitana de Nova Orleans foram, em grande parte, resultado da violação de diques e paredes de contenção (GABE et al., 2005). Um relatório de maio de 2006 produzido pela Fundação Russell Sage, intitulado “No despertar da tempestade: ambiente, desastres e raça após Katrina”¹⁷, revelou que os mesmos grupos atingidos pela tempestade muitas vezes experimentam uma “segunda catástrofe” depois da tempestade inicial (BULLARD, 2005c). Muitas vezes a escala do impacto de um desastre, como no caso do furacão Katrina, tem mais a ver com a economia política do país, região e estado do que com categoria e a força do furacão (JACKSON, 2005; HARTMAN; SQUIRES, 2007).

Muitas vezes medidas para prevenir ou conter os efeitos da vulnerabilidade a desastres não são disponibilizadas igualmente a todos (Bullard 2005b). Normalmente, os investimentos para o controle de enchentes beneficiam locais específicos, com os maiores benefícios indo para as populações que possuem bens ou vivem em área protegida. Assim, as pessoas podem ser excluídas dos investimentos públicos para o controle de enchentes em virtude de onde vivem, trabalham ou possuem propriedades (BOYCE, 2000). O furacão Katrina deixou detritos em uma área correspondente a 90.000 metros quadrados distribuídos em Louisiana, Mississippi e Alabama, em comparação com a área de 16 acres criada pelo atentado de 11 de setembro de 2001 em Nova York, (LUTHER, 2006). De acordo com o Serviço de Pesquisa do Congresso, o furacão Katrina deixou 100 milhões de metros cúbicos em detritos, superando os 8,8 milhões de metros cúbicos de detritos gerados pelos ataques terroristas de 11 de setembro em Nova York. Dez meses após a tempestade, FEMA tinha gasto US\$ 3,6 bilhões de dólares para remover 98,6

milhões de metros cúbicos de detritos do Katrina (JORDAN, 2006). É lixo suficiente para fazer um aterro de quase cinco quilômetros de altura em cinco campos de futebol. Estima-se que ainda haja 20 milhões de metros cúbicos de detrito nas vias navegáveis de Nova Orleans e Mississippi - com cerca de 96 por cento ou 17,8 milhões de metros cúbicos de escombros nas freguesias de Orleans, St. Bernard, St. Tammany, Washington e Plaquemine. Das freguesias de Louisiana foram recolhidos 25 vezes mais detritos do que nos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 (SHIELDS, 2006).

Além de restos de madeira, EPA e LDEQ autoridades estimaram que 140.000 a 160.000 casas em Louisiana podem ter sido demolidas e destruídas (US EPA e LDEQ 2005). Mais de 110 mil, de todas as 180.000 casas de Nova Orleans, foram inundadas e metade ficou por dias ou semanas abaixo de mais de seis metros de água (NOSSITER, 2005). Funcionários do governo estimam que cerca de 30.000 a 50.000 casas em toda a cidade podem ter sido demolidas. Cerca de 350 mil automóveis foram reciclados; 60.000 barcos precisaram ser destruídos; 300 mil tanques de combustível subterrâneos e 42 mil toneladas de resíduos perigosos tiveram que ser limpos e eliminados em instalações licenciadas (VARNEY; MOLLER, 2005). Autoridades do governo declararam que só em New Orleans foram perdidos 145 mil carros.

Em março de 2006, sete meses após a tempestade atingir a terra, o Centro do “*Deep South*” para a Justiça Ambiental da Universidade de Dillard (DSCEJ) e os Trabalhadores Unidos do Aço (United Steel Workers - USW), organizaram a iniciativa “Um caminho seguro de volta para casa”¹⁸, um projeto piloto proativo para a limpeza dos bairros - o primeiro deste tipo em Nova Orleans (DEEP SOUTH CENTER FOR ENVIRONMENTAL JUSTICE, 2006). O projeto de limpeza ocorreu na quadra 8100 da Rua Aberdeen, no leste de Nova Orleans e removeu quinze centímetros do solo contaminado do quintal da frente e de trás das casas, substituindo o gramado e eliminando a terra contaminada de forma segura. Os moradores que optaram por remover a camada superficial do solo de seus quintais enfrentaram um dilema: a LDEQ e EPA insistiram que não havia contaminação e que o solo poderia ser enviado para os aterros sanitários locais; estes, por sua vez, se recusaram a receber o material, pois suspeitaram de contaminação. A destinação do solo continuava sem resolução um ano e meio depois da enchente devastadora.

Embora funcionários do governo tenham insistido que a terra do quintal dos residentes era limpa e segura, Church Hill Downs Inc., os proprietários de New Orleans Fair Grounds, sentiram que a terra não era boa para os seus cavalos de puro-sangue. O Fair Grounds é a terceira

¹⁷ Título em inglês: *In the Wake of the Storm: Environment, Disaster, and Race after Katrina*.

¹⁸ Título em inglês: *A Safe Way Back Home*.

mais antiga pista do país. Os proprietários removeram o solo contaminado pelas enchentes do Katrina e reconstruíram o telhado da arquibancada arrancado pelo vento (MARTELL, 2006). O Fair Grounds reabriu no feriado de Ação de Graças de 2006. Se o solo não era seguro para cavalos, certamente não era seguro para as pessoas - especialmente para as crianças que brincam e cavam o chão.

O projeto piloto “Um caminho seguro de volta para casa” serve como catalisador para uma série de atividades que procuram recuperar a comunidade do leste de Nova Orleans após a devastação causada pelo furacão Katrina. É a responsabilidade do governo fornecer os recursos necessários para áreas de interesse ambiental e também garantir a proteção dos trabalhadores. No entanto, os moradores não estão esperando que o governo venha montado em seu cavalo branco para resgatá-los e limpar seus bairros (Notícias do USW 2006). A coalizão DSCEJ/USW recebeu dúzias de pedidos e consultas da associação de proprietários do leste de New Orleans para ajudar a limpar suas vizinhanças quadra por quadra. As autoridades estaduais e federais rotularam os esforços voluntários de limpeza como “alarmistas” (SIMMONS, 2006).

Funcionários da EPA e LDEQ disseram que testaram amostras do solo do bairro em dezembro e que não havia motivo imediato para preocupação. De acordo com Tom Harris, administrador da divisão de tecnologia ambiental da LDEQ e toxicologista, o governo originalmente testou amostras de 800 localidades em Nova Orleans e encontrou motivo de preocupação em apenas 46. De forma geral, o solo em Nova Orleans estava de acordo com “o que vimos antes do Katrina”, diz Harris. Ele alegou que o programa “Um caminho seguro de volta para casa” era “completamente desnecessário” (WILLIAMS, 2006).

Uma semana após o início do projeto de limpeza voluntária, um funcionário da LDEQ comeu uma colher de terra que havia sido retirada da Aberdeen Road pelo projeto piloto. Comer terra foi claramente um golpe publicitário para desacreditar o projeto de limpeza da vizinhança. Os funcionários da LDEQ mais tarde pediram desculpas. Apesar de entraves e burocracia, desabrigados do Katrina estão voltando para as casas danificadas ou instalando trailers em seus quintais. Uma das principais questões que os moradores tem é: este lugar é seguro? Eles estão recebendo informações confusas das agências governamentais. Em dezembro de 2005, o LDEQ anunciou que não havia nenhum risco à saúde - de longo prazo e inaceitável - que pudesse ser diretamente atribuído à contaminação ambiental decorrente da tempestade. Dois meses depois, em fevereiro, os resultados do teste do Natural Resources Defense Council (NRDC) saiu com diferentes conclusões (SALOMÃO; ROTKIN-ELLMAN, 2006). Análises do solo e da qualidade do ar depois do furacão Katrina revelaram níveis perigosamente elevados de combustível diesel, chumbo e outros contaminantes em Gentilly, Bywater, Orleans Parish e em outros bairros de

Nova Orleans.

Embora muitos cientistas do governo insistam que o solo é seguro, em abril de 2006 a EPA divulgou uma nota produzida por uma força-tarefa, que envolveu múltiplas agências, a qual levantou algumas questões (USEPA, 2006). Apesar de ter afirmado que os níveis de chumbo e outros contaminantes no solo de Nova Orleans solo era “similar” a níveis de contaminação no solo em outras cidades, os residentes foram alertados para “não permitir que as crianças brincassem diretamente na terra. Cubra a terra com grama, arbustos ou lascas de madeira de 4-6 polegadas livres de chumbo, cobertura morta, terra ou areia”. Em vez de limpar a bagunça que existia antes e depois da tempestade, os funcionários do governo estão permitindo que os bairros que eram sujos fiquem sujos para sempre. Em agosto de 2006, quase um ano após o Katrina atingir a costa, a EPA deu a New Orleans e comunidades vizinhas um atestado de saúde, comprometendo-se a acompanhar várias áreas tóxicas (BROWN, 2006). Funcionários da EPA e LDEQ concluíram que Katrina não causou qualquer contaminação que já não estivesse lá. Embora os testes da EPA tenham confirmado uma contaminação generalizada do solo por chumbo - um problema que já existia antes da tempestade em 40 por cento de Nova Orleans - EPA rejeitou o pedido dos moradores para resolver este problema, alegando que não se enquadrava na missão da agência.

Três anos após o Katrina quase um terço dos moradores de Nova Orleans não conseguiu voltar para casa (LIU; PLYER 2008). O caminho de volta para casa, para muitos sobreviventes do Katrina, foi uma estrada acidentada, em grande parte devido à lentidão do governo na distribuição dos bilhões de ajuda federal destinados à reconstrução das casas pelos moradores. O programa “Estrada para Casa” destinado aos proprietários de Louisiana está distribuindo 10,5 bilhões de dólares de fundos federais, mais US \$ 1 bilhão de fundos estatais para cerca de 160.000 candidatos, cujas casas foram devastadas em 2005 pelos furacões Katrina, Rita ou subsequentes inundações. Dezoito meses após o início do programa “Estrada para Casa”, 90 mil subsídios já haviam sido concedidos, embora vários moradores ainda estivessem à espera do dinheiro em virtude de contestações e 70.000 não tenham recebido nada (HAMMER, 2008). ICF International, contratante principal do programa, tem sido amplamente criticado pela lentidão no processo de obtenção de dinheiro para os proprietários desabrigados.

Trailers tóxicos da FEMA: ameaças à saúde

Logo após o Katrina, FEMA adquiriu cerca de 102.000 trailers de viagem por US \$ 2,6 bilhões ou cerca de 15 mil dólares cada (FALOU, 2007). Surpreendentemente, houve relatos de

moradores que adoeceram nestes trailers devido à liberação de níveis potencialmente perigosos de formol. Na verdade, o formaldeído é um produto químico industrial (utilizado em colas, plásticos, materiais de construção, madeira composta, painéis de madeira compensada e painéis de partículas), que foi usado para a fabricação dos trailers (BABINGTON, 2007). No Mississippi, FEMA recebeu 46 queixas de pessoas que tinham sintomas de exposição ao formol, os quais incluem: irritação nos olhos, nariz e garganta, náuseas, erupções cutâneas, infecções dos seios, depressão, ataques de asma, dores de cabeça, insônia, problemas intestinais, deficiência de memória e dificuldades respiratórias (SPAKE, 2007).

Embora a FEMA tenha recebido inúmeras reclamações sobre a toxicidade dos trailers, a agência só testou um veículo ocupado para determinar os níveis de formaldeído (U.S. HOUSE OF REPRESENTATIVES COMMITTEE ON OVERSIGHT AND GOVERNMENT REFORM, 2007). O teste confirmou que os níveis de formaldeído foram extraordinariamente altos e apresentavam risco imediato à saúde para os ocupantes desabrigados. Infelizmente, a FEMA não testou nenhum outro trailer ocupado e divulgou uma declaração pública descartando qualquer risco associado à exposição ao formaldeído.

FEMA deliberadamente deixou de investigar as denúncias de altos níveis de formaldeído nos trailers, pois isto poderia reforçar uma posição de litígio caso os indivíduos afetados decidissem iniciar um processo judicial (BABINGTON, 2007). Mais de quinhentos sobreviventes e desabrigados do furacão em Louisiana estão buscando medidas legais contra os fabricantes dos trailers que os expuseram ao formaldeído. Em julho de 2007, a FEMA parou de comprar e vender trailers para auxílio em desastres por causa da contaminação por formaldeído. Em agosto de 2007, a FEMA começou a retirar as famílias dos trailers tóxicos, colocando-as em residências alugadas. Os testes dos trailers da FEMA para formaldeído e outros produtos perigosos começou em setembro de 2007 (TREADWAY, 2007). O Centro para Controle e Prevenção de Doenças (Centers for Disease Control and Prevention) foi designado como a agência líder no desenvolvimento dos parâmetros para testar os trailers.

Em fevereiro de 2007, ATSDR lançou uma consulta de saúde intitulada “Amostragem de Formaldeído nas Unidades Habitacionais Temporárias da FEMA”¹⁹, que testou 96 trailers desocupados para o formaldeído e outros compostos orgânicos voláteis (ATSDR, 2007a). O estudo descobriu que os trailers não ventilados tiveram leituras superior a 0,3 ppm (na época ATSDR afirmou que 0,3 ppm era o nível de preocupação para os indivíduos sensíveis) e níveis caindo abaixo deste valor para trailers que foram adequadamente ventilados. De acordo com o relatório, o ar era seguro para respirar e a contaminação não chegaria a um “nível de

preocupação”, enquanto as janelas fossem mantidas abertas (ATSDR, 2007a).

Em outubro de 2007, ATSDR emitiu um novo documento que substituiu a consulta de saúde anterior, lançada em fevereiro de 2007. A consulta de saúde anterior, datada de 1 de fevereiro de 2007, continha discussão insuficiente das implicações para a saúde da exposição ao formaldeído e a linguagem não tinha sido muito clara, potencialmente levando os leitores a conclusões incorretas ou inadequadas. Além disso, as análises dos níveis de formaldeído por tipo de trailer e pela temperatura diária não foram realizadas (ATSDR, 2007b). O relatório de acompanhamento também usou o mesmo padrão de 0,3 ppm usado no primeiro estudo, mas de acordo com a ProPublica, uma organização de jornalismo investigativo com sede em Nova York, ATSDR deveria ter utilizado um padrão de 0,03 ppm. O padrão maior é usado apenas para um tempo de exposição. Para longo prazo, 8-24 horas, o pesquisador deveria ter aplicado o padrão mais baixo. O uso do padrão errado resultou na exposição dos residentes a níveis 10 vezes maiores do que o aceitável (SAPIEN, 2008). Em níveis tão altos, o formaldeído pode causar problemas respiratórios e irritação dentro de duas horas de exposição. Em outubro de 2008, a U.S. House of Representatives’ Committee on Science and Technology publicou um relatório detalhando a investigação sobre a questão do trailer. O relatório afirma:

A reação de ATSDR foi marcada por falhas científicas, liderança ineficaz, uma resposta lenta para informar os residentes dos trailers sobre os potenciais riscos enfrentados e falta de urgência para removê-los do perigo. Mais preocupante, houve um esforço combinado e contínuo por parte da liderança da agência para mascarar seu próprio envolvimento no estudo do formaldeído, e empurrar para outros a culpa da sua forma desastrada de lidar com esta questão crítica de saúde pública.

A própria consulta de saúde, realizada a pedido do FEMA’s Office of General Counsel por causa de preocupações de litígio, foi cientificamente falha e omitiu informações críticas para a saúde (U.S. HOUSE OF REPRESENTATIVES, 2008).

O relatório do Congresso também afirma que ATSDR não conseguiu servir ao público por não lançar mão do melhor da ciência, por não empreender ações de proteção da saúde pública e por não prestar informações confiáveis sobre a saúde, evitando exposições nocivas e doenças relacionadas a substâncias tóxicas (U.S. HOUSE OF REPRESENTATIVES, 2008).

Um relatório de dezembro de 2008 publicado pelo The Children’s Health Fund (CHF) revisou os prontuários de 261 crianças que viviam em uma vila da FEMA em Baton Rouge e descobriu resultados chocantes. O relatório constatou que: 41% das crianças menores de 4 anos tinham anemia por deficiência de ferro, o que causa transtornos, fadiga, déficit de atenção e

¹⁹ Título em inglês: *Formaldehyde Sampling at FEMA Temporary Housing Units*.

problemas de pele; 55% dessas das crianças desabrigadas tinham problemas de aprendizagem ou comportamento; 42% desenvolveram rinite alérgica, também chamada de febre do feno e infecção do trato respiratório superior; 24% desenvolveram um conjunto de doenças que afetam a pele e trato respiratório superior, incluindo alergias.

O relatório também descobriu que, para essas crianças, o nível de saúde tem piorado desde a tempestade e hoje são ainda piores (Children's Health Fund, 2008). De julho de 2006 a julho de 2007 mais de 10.800 trailers tóxicos foram vendidos pela Administração de Serviços Gerais ao público depois que os sobreviventes e comunidades afetadas pelo Katrina os recusou. Os trailers, que custam em média US \$ 18.600 cada, foram vendidos a qualquer um por 40 centavos de dólar. Depois de suspender a venda dos trailers, a FEMA dispôs-se a comprá-los de volta do público e dos desabrigados do Katrina. Em janeiro de 2008, mais de 40.000 trailers da FEMA ainda estavam sendo usados como abrigos de emergência ao longo da Costa do Golfo, com a grande maioria dos trailers localizados na Louisiana (KAUFMAN, 2008). Em dezembro de 2008, mais de 9.300 famílias viviam em trailers temporários e um adicional de 1.600 viviam em quartos de hotel em toda a região da Costa do Golfo (CHF, 2008).

Derramamento de óleo da British Petroleum (BP): raça e lugar na Costa do Golfo

Dezenas de milhares de acidentes industriais, vazamentos e derramamentos ocorrem a cada ano nos Estados Unidos. Muitos derramamentos passam despercebidos. Poucos acidentes chegam às manchetes e à atenção da nação e do mundo, como aconteceu depois do 20 de abril de 2010, quando houve a explosão de uma plataforma petrolífera de propriedade da British Petroleum (BP) no Golfo do México, na costa da Louisiana. O derramamento de óleo começou quando a plataforma Deepwater Horizon, alugada pela BP da Transocean Ltd., explodiu e incendiou, matando onze trabalhadores.

O acidente de petróleo da BP era um desastre esperando para acontecer. Grupos ambientalistas há décadas pediram ao governo para prestar mais atenção aos poços de petróleo e gás abandonados no Golfo do México (este não era um local abandonado, era?), pois as agências federais não inspecionam ou monitoram normalmente poços offshore que vazam ou entopem (AGÊNCIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DOS EUA, 2009).

O acidente da BP criou o maior desastre de petróleo na história dos Estados Unidos, até mesmo maior do que o derramamento no Alasca da Exxon Valdez, em 1989. Os esforços para rastrear a quantidade de óleo despejada no Golfo foram envoltos em sigilo e controvérsia. BP ficava mudando os números, ampliando a desconfiança pública da gigante do petróleo. A

primeira estimativa do derramamento publicada pela BP era de reles cinco mil barris (210 mil litros) de petróleo por dia. Os cientistas independentes e do governo depois confirmaram que o poço estava derramando cerca de sessenta mil barris ou 2,5 milhões de litros de petróleo no Golfo a cada dia. Documentar a quantidade de óleo liberada é crucial, já que a BP PLC, sediada em Londres, provavelmente será multada por galão derramado.

BP também usou mais de 1,8 milhões de litros de dispersantes na superfície do Golfo e na fonte do vazamento em profundidades de até cinco mil pés - o maior valor já usado em um derramamento de petróleo nos EUA. Os dispersantes eram supostamente para neutralizar os efeitos tóxicos do derramamento de óleo. O governo e a BP não tem informações suficientes sobre os efeitos de longo prazo dos dispersantes. Alguns moradores da Costa do Golfo, pescadores, ambientalistas e biólogos marinhos temem que os dispersantes possam matar mais vida marinha do que o óleo. Desafiando uma ordem da EPA, BP injetou no Golfo do México mais de um milhão de litros de dispersante Corexit, um pesticida que contém neurotoxinas. Corexit foi banido como dispersante no Reino Unido em 1998.

O derramamento de petróleo criou um pesadelo ambiental na Costa do Golfo, da Flórida até o Texas, e o plano de limpeza e contenção do óleo da BP recebeu muitas críticas. De acordo com a Administração Oceânica e Atmosférica Nacional (NOAA), o governo fechou mais de 81.181 quilômetros quadrados do Golfo, ou aproximadamente 33,5 por cento das águas federais do Golfo para a pesca. O derramamento atingiu 120 milhas da costa dos Estados Unidos, ameaçando negócios multibilionários no ramo da pesca e do turismo, matando aves, tartarugas marinhas e golfinhos. Os impactos dessa catástrofe na saúde, no ambiente e na economia podem se estender por décadas.

Enquanto os holofotes da mídia exibiam os esforços para impedir o vazamento e limpar o Golfo, o mesmo nível de atenção não foi dado para o local onde os resíduos da limpeza seriam despejados, mesmo depois de uma verificação *in loco* da Associated Press, que mostrou má gestão de resíduos e descarte de má qualidade (GORDON, 2009). Antes de uma gota de óleo ser limpa, os negros já estavam perguntando: “Para onde vai o lixo do derramamento do petróleo depois de ter sido recolhido das praias e retirado da superfície da água?” A resposta: aterros de resíduos sólidos. Cresceu a preocupação quanto às comunidades que seriam selecionadas como destinação final para o lixo da BP. Por causa do tamanho do vazamento de óleo em massa, também as comunidades brancas na Costa do Golfo começaram a fazer a pergunta: “Para onde vai o lixo?” (BULLARD, 2005b).

Dada a triste história de eliminação de resíduos no sul dos Estados Unidos, não deve ser surpresa para ninguém que o plano de eliminação de resíduos da BP espelhou-se nos padrões de

“Dumping em Dixie” e tornou-se uma preocupação para o movimento por justiça ambiental, especialmente entre as comunidades de baixa renda e de cor ao longo da Costa do Golfo - comunidades cujos moradores têm historicamente suportado mais do que seu quinhão de aterros de resíduos sólidos e instalações de resíduos perigosos, antes e depois de desastres, tanto os naturais como os provocados pelo homem (FAULKNER, 2010).

Um grande segmento da comunidade negra estava cético em relação à BP, à indústria de petróleo e gás, e ao governo, muito antes do desastroso derramamento de petróleo do Golfo, uma vez que as comunidades negras são o destino final dos resíduos poluentes produzidos pelas indústrias e por outras pessoas, sem receber o benefício de empregos. Era mais do que irônico que as comunidades negras e outras de cor recebessem o lixo, enquanto as empresas dos brancos arrecadavam milhões com os contratos da BP. Não é preciso ser um cientista para descobrir que este fluxo de benefícios é desigual.

Comunidades negras receberam mais do que seu quinhão dos resíduos do derramamento de petróleo da BP, no entanto, elas foram privadas de contratos de limpeza e outras oportunidades relacionadas com a esta catástrofe. Usando as informações mais recentes do Federal Procurement Data System (FPDS) (09 de julho de 2010), o escritor ambiental Brentin Mock constatou que “as minorias vêem pouco verde [dólares] nos empregos do derramamento de óleo da BP” (U.S. ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY, 2007b). Ele descobriu que apenas 2,2 milhões de dólares dos US \$ 53 milhões em contratos federais, um reles 4,8 por cento, tinha realmente ido para pequenas empresas em desvantagem. Empresas pertencentes a mulheres receberam 4,2 por cento dos contratos, e, dos 212 fornecedores com contratos, apenas 2 eram afro-americanos, 18 eram propriedade de minorias e nenhum deles era faculdades ou universidades historicamente negras (HBCUs), embora houvessem três delas em New Orleans: Xavier University, Dillard University e Southern University at New Orleans.

Em meados de junho de 2010, as preocupações com a justiça e equidade ambiental foram divulgadas pelo EPA National Environmental Justice Advisory Council (NEJAC), em Nova Orleans, durante uma teleconferência da qual “participaram” mais de 370 ligações (ENVIRONMENTAL JUSTICE INTEGRITY PROJECT AND EARTHJUSTICE, 2009). Lisa P. Jackson, administradora da EPA, que participou da teleconferência por 30 minutos, enfatizou que a justiça ambiental era uma prioridade e informou que sua agência havia contratado funcionários para o Centro de Informações para trabalhar especificamente em questões de justiça ambiental no dia-a-dia das operações da agência. Em agosto de 2009, Mathy Stanislaus, EPA assistente para o Escritório de Resíduos Sólidos e Resposta de Emergência (OSWER), postulou algumas questões e desafios fundamentais para o seu escritório. Uma questão parece

especialmente relevante para o vazamento da BP. Estanislau pergunta: “Como podemos desenvolver melhores estratégias para lidar com os resíduos ou limpeza de locais contaminados?” A resposta é simples: tornar as estratégias justas e equitativas, sem distinção de raça, cor, origem nacional ou renda.

Isto não aconteceu. Comunidades afro-americanas ao longo da Costa do Golfo ainda vêem o princípio “PIBBY” (*Place in Blacks' Back Yard* - Despejar no Quintal das Pessoas Negras) em funcionamento: a mentalidade que permite que uma parcela desproporcional das comunidades negras seja alvo da eliminação dos resíduos do derramamento de petróleo da BP. Moradores da Costa do Golfo que vivem no perímetro com os aterros sanitários estão determinados a não ver a repetição dos erros do passado que permitiram que os resíduos de acidentes graves ou catástrofes industriais fossem despejados em comunidades afro-americanas pobres e politicamente impotentes.

Devido ao manuseio e descarte inapropriado dos resíduos, a Guarda Costeira dos Estados Unidos e a EPA pressionaram a BP e aumentaram a fiscalização do plano de gestão de resíduos da empresa, aprovado em 13 de junho de 2010 (US ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY, 2010). BP contratou empresas privadas, incluindo Waste Management Inc., a maior empresa coletora de resíduos do país, para coletar e dispor de milhares de toneladas de areia poluída, material orgânico coberto em óleo e resíduos que foram levados pelo mar à terra firme.

Em 12 de janeiro de 2010, a administradora da EPA, Lisa P. Jackson, declarou a justiça ambiental como uma das “sete prioridades” da agência para o futuro (RAINES, 2010a, 2010b). No entanto, nenhuma análise de justiça ambiental ou equidade foi conduzida quanto ao lugar onde os resíduos da limpeza do derramamento do petróleo de fato terminaram. Alguns líderes comunitários insistiram que essa análise deveria ter acompanhado o plano de gestão de resíduos antes que a EPA e a Guarda Costeira dos EUA tivessem aprovado a indicação dos aterros.

Embora 26 por cento dos condados costeiros do Alabama, Flórida, Mississippi e Louisiana sejam de pessoas de cor, funcionários do governo aprovaram um plano que permitiria que a maior parte dos resíduos de óleo da BP fossem transportados para as comunidades, muitas vezes ludibriadas quanto às questões da justiça ambiental. Por exemplo, em 15 de julho de 2010 – data do primeiro relato - 39.399 toneladas de resíduos da BP foram para nove aterros sanitários; destes, 21.867 toneladas (55,4 por cento) foram depositados em comunidades de cor. Mais de 30.338 toneladas (77,0 por cento) dos resíduos de óleo foram para as comunidades onde a percentagem de pessoas de cor era maior do que o percentual de pessoas de cor naquele condado.

A partir de 10 de abril de 2011- data do último relato – 106,409 toneladas de resíduos da BP tinha ido para onze aterros. Desse montante, 45.032 toneladas (42,3 por cento) foram para aterros sanitários em comunidades onde a maioria dos moradores eram pessoas de cor e 90.554 toneladas (85,1 por cento) foram para aterros localizados em comunidades cujo percentual de pessoas de população de cor excedeu a percentagem de pessoas negras no condado. Claramente, um ano após o desastre de petróleo da BP, comunidades com altos percentuais de residentes minoritários ainda suportam o impacto do descarte de óleo e demais resíduos. Moradores que vivem em comunidades adjacentes a aterros são americanos invisíveis e esquecidos - outra injustiça que precisa ser corrigida.

Mesmo que o governo Obama tenha supervisionado o plano de gestão de resíduos da BP, a gigante do petróleo foi autorizada a despejar resíduos do derramamento de petróleo em uma parcela desproporcionalmente grande de afro-americanos e comunidades de cor no estados do Golfo do México. A escolha das pessoas de cor para receber os resíduos do derramamento de petróleo da BP é consistente com as práticas anteriores na região.

Os dois aterros aprovados pelo governo em Mississippi estão localizados em comunidades predominantemente brancas. O descarte de resíduos da BP no aterro Pecan Grove, no Condado de Harrison e no aterro Central, em Pearl River County, gerou uma enorme quantidade de atenção da mídia e do governo, ao contrário do que aconteceu quando resíduos semelhantes foram despejados nas comunidades negras (FARRELL, 2011). Resíduos do derramamento de petróleo foram despejados no aterro Harrison, no condado de Pecan Grove, apesar das objeções dos supervisores do condado (SCALLAN, 2010). No entanto, por causa de um “plano de contingência”, em meados de julho de 2010, nenhum resíduo foi destinado ao aterro Central do condado de Pearl River. Dan Bell, o engenheiro da área de mercado da Waste Management Inc., informou aos supervisores do condado de Pearl River que era economicamente inviável destinar qualquer resíduo para o aterro Central. Ball acrescentou: “Usar o aterro de Pecan Grove é mais viável e mais perto do local. Neste momento, não temos planos para utilizar o aterro Central, mas isso pode mudar amanhã.

Claramente, a Ordem Executiva 12898 para a Justiça Ambiental, intitulada “Ações Federais para a Justiça Ambiental em Populações Minoritárias e de Baixa Renda”²⁰, assinada pelo presidente Bill Clinton em 1994, exige que a EPA e a Guarda Costeira dos Estados Unidos façam um melhor trabalho no monitoramento dos locais onde os resíduos de acidentes, como o derramamento de petróleo da BP, são depositados, assegurando que minorias e populações de baixa renda não recebam uma parte adversa e desproporcional dos encargos e dos impactos

negativos associados a tais acidentes. Ter permitido que a BP, os estados da Costa do Golfo e a indústria privada selecionassem os locais onde os resíduos do derramamento de petróleo fossem despejados apenas reforçou o legado de proteção desigual na região.

Conclusão

O aparelho de proteção ambiental dos Estados Unidos está quebrado. O sistema atual não fornece proteção igual para todas as comunidades. O Movimento por Justiça Ambiental surgiu em resposta às desigualdades ambientais, ameaças à saúde pública, proteção desigual, aplicação e tratamento diferenciado recebido pelos pobres e pessoas de cor. O movimento redefiniu a proteção ambiental como um direito básico. Ele também enfatizou a prevenção da poluição, minimização de resíduos e técnicas de produção mais limpas como estratégias para alcançar a justiça ambiental para todos os americanos, independentemente de raça, cor, origem nacional ou renda.

O movimento definiu claramente como objetivos evitar que os direitos civis, ambientais e as leis de saúde pública fossem exercidos de forma desigual; que algumas populações tivessem exposição diferenciada a produtos químicos nocivos, pesticidas e outras toxinas em casa, escola, vizinhança e locais de trabalho; que houvessem suposições equivocadas no cálculo, avaliação e gestão de riscos; zoneamento e práticas de uso da terra discriminatórias; e políticas e práticas de exclusão que limitam a alguns indivíduos e grupos a participação na tomada de decisão. Muitos desses problemas poderiam ser eliminados se as leis existentes para saúde, habitação, meio ambiente e direitos civis fossem vigorosamente cumpridas de forma não discriminatória.

Líderes do movimento por justiça ambiental estão exigindo que nenhuma comunidade ou nação, rica ou pobre, urbana ou suburbana, negra ou branca, tornem-se “zonas de sacrifício” ou lixeiras. Eles também estão pressionando os governos para honrar os mandatos de proteger a saúde pública e o meio ambiente. O legado da injustiça ambiental continua sendo uma grande barreira que impede milhões de pessoas de cor de viver em comunidades saudáveis, habitáveis e sustentáveis. É improvável que nós, como nação, possamos alcançar as metas de sustentabilidade até enfrentar as questões de equidade.

²⁰ Título em inglês: *Federal Actions to Address Environmental Justice in Minority Populations and Low-Income Populations*

Referencias

- Agency for Toxic Substances and Disease Registry. (2007a). Health Consultation: Formaldehyde Sampling at FEMA Temporary Housing Units. February 1. Available at http://www.atsdr.cdc.gov/HAC/PHA/fema_housing_formaldehyde/formaldehyde_report_0507.pdf (accessed July 26, 2013).
- Agency for Toxic Substances and Disease Registry. (2007b). An Update and Revision of ATSDR's February 2007 Health Consultation: Formaldehyde Sampling of FEMA Temporary-Housing Trailers. October. Available at http://www.atsdr.cdc.gov/substances/formaldehyde/pdfs/revised_formaldehyde_report_1007.pdf (accessed July 26, 2013).
- Alston, D. (1992). Transforming a movement: people of color unite at summit against environmental racism. *Sojourner*, 21(1), 30-31.
- Ash, M. J. K. Boyce, G. Change, M. Pastor, J. Scoggins, & J. Tran. (2009). *Justice in the Air: Tracking Toxic Pollution from America's Industries and Companies to Our States, Cities, and Neighborhoods*. (April). http://dornsife.usc.edu/pere/documents/justice_in_the_air_web.pdf
- Babington, C. (2007). "FEMA Slow to Test Toxicity of Trailers." *USA Today*, July 19. Available at http://www.usatoday.com/news/topstories/2007-07-19-2231201740_x.htm (accessed July 26, 2013).
- Boyce, J.J. (2000). *Let Them Eat Risk? Wealth, Rights, and Disaster Vulnerability*. University of Massachusetts, Amherst, Political Economy Research Institute, Working Paper Series No. 4, March, p. 4.
- Brown, M. (2006). "Final EPA Report Deems N.O. Safe," *The Times-Picayune*, August 19. Available at <http://six.pairlist.net/pipermail/stbernard/20060819/009550.html> (accessed July 28, 2013).
- Brunsmas, D.L., D. Overfelt, and J.S. Picou. (2007). *The Sociology of Katrina: Perspectives in a Modern Catastrophe*. New York: Rowman & Littlefield, p. xv.
- Bryant, B. and Paul M. (1992). *Race and the Incidence of Environmental Hazards*. Boulder: Westview Press.
- Bryant, B. (1995). *Environmental Justice: Issues, Policies, and Solutions*. Washington, DC: Island Press.
- Bullard, R.D. (1983). "Solid Waste Sites and the Black Houston Community," *Sociological Inquiry* 53 (Spring): 273-288.
- _____ (1993a). "Race and Environmental Justice in the United States." *Yale Journal of International Law* 18 (1), pp. 319—335.
- _____ (1993b). *Confronting Environmental Racism: Voices from the Grassroots*. Boston: South End Press.
- _____ (1993c). "Environmental Racism and Land Use." *Land Use Forum: A Journal of Law, Policy & Practice* 2 (1), pp. 6-11.

_____. (1994a). "Grassroots Flowering: The Environmental Justice Movement Comes of Age," *The Amicus Journal* 16 (Spring): 32-37.

_____. (1994b). *Dumping in Dixie: Race, Class and Environmental Quality*. Boulder, CO: Westview Press.

_____. (1996). *Unequal Protection: Environmental Justice and Communities of Color*. San Francisco: Sierra Club Books.

_____. (2000a). *People of Color Environmental Groups Directory*. Flint, MI: C.S. Mott Foundation.

_____. (2000b, 1990). Bullard, R. D. 2000. *Dumping in Dixie: Race, Class, and Environmental Quality*. Boulder, CO: Westview Press.

_____. (2005a). *The Quest for Environmental Justice: Human Rights and the Politics of Pollution*. San Francisco: Sierra club Books.

_____. (2005b). *Katrina and the Second Disaster: A Twenty-Point Plan to Destroy Black New Orleans*. Atlanta: Environmental Justice Resource Center Report Series, Clark Atlanta University, December 23. <http://www.ejrc.cau.edu/Bullard20PointPlan.html>.

_____. (2005c). "Blacks Left Behind in Deadly Chlorine Gas Leak." Graniteville, SC, Environmental Justice Resource Center Report Series. February. <http://www.ejrc.cau.edu/pamhallinterview.html>

Bullard, R.D., P.Mohai, R. Saha, B. Wright. (2007). "Toxic Wastes and Race at Twenty 1987-2007: A Report Prepared for the United Church of Christ Justice and Witness Ministries." Cleveland, OH: United Church of Christ. <http://www.ejrc.cau.edu/2007%20UCC%20Executive%20Summary.pdf>.

_____. (2007a). Testimony of R.D.Bullard, before the Subcommittee on Superfund and Environmental Health and Public Works Committee Regarding Environmental Justice. http://epw.senate.gov/public/index.cfm?FuseAction=Files.View&FileStore_id=4cdd3e73-8637-43e7-ad17-d75ab47c8204.

_____. (2007b). "Dismantling Toxic Racism." *The Crisis*. July/August. <http://online.qmags.com/TCR0707/>.

Business Week. (2005). "The Mother of All Toxic Cleanups," September 26. Available at <http://www.businessweek.com/stories/2005-09-25/the-mother-of-all-toxic-cleanups> (accessed July 28, 2013).

Calloway, C.A. and J.A. Decker (1997). "Environmental Justice in the United States: A Primer," *Michigan Bar Journal* 76 (January) 62-68.

Children Health Fund (2008). Legacy of Shame: The On-Going Public Health Disaster of Children Struggling in Post-Katrina Louisiana. November 4. Available at http://www.childrenshealthfund.org/sites/default/files/BR-White-Paper_Final_REV1-12-

[09F.pdf](#) (accessed July 28, 2013).

Clear The Air, Georgia Coalition for the People's Agenda, & The Southern Organizing Committee for Economic and Social Justice. (2002). *Air of Injustice: African Americans & Power Plant Pollution*. October. Available at http://www.catf.us/resources/publications/files/Air_of_Injustice.pdf (accessed July 28, 2013).

Collin, R. & Collin, R. M. (1998). The role of communities in environmental decisions: communities speaking for themselves. *Journal of Environmental Law and Litigation* 13, 37-89.

Commission for Racial Justice. (1987). *Toxic wastes and race in the United States*. New York: United Church of Christ. Retrieved from <http://www.ucc.org/about-us/archives/pdfs/toxwrace87.pdf>

Council on Environmental Quality. (1997) Environmental Justice Guidance Under the National Environmental Policy Act. Washington, D.C.: . Council on Environmental Quality. <http://ceq.hss.doe.gov/nepa/regs/ej/justice.pdf>

Deep South Center for Environmental Justice at Dillard University. (2006), "Project: A Safe Way Back Home," <http://www.nccusa.org/justrebuilding/centerforenvironmentaljustice.htm> (accessed on July 26, 2013).

Downey, L. & Hawkins, B. (2008). Race, income, and environmental inequality in the United States. *Social Perspect*, 51(4): 759-781. Retrieved from <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2705126/>

Dyson, M.E. (2006). *Come Hell or High Water: Hurricane Katrina and the Color of Disaster*. New York: Basic Books.

Environmental Integrity Project and Earthjustice. (2009). *Coming Clean: What the EPA Knows About the Dangers of Coal Ash*. Washington, DC: EIP. May.

Farrell, D. A. (2010). "Oil-Spill Debris Might Be Coming to County Landfill." *Picayune Item*, July 3.

Faulkner, L.(2010). "Perry County Landfill Bankruptcy Raises Questions." *Selma Times Journal*. January 27.

Gabe, T., G. Falk, M. McCarthy and V.W. Mason. (2005). *Hurricane Katrina: Social Demographic Characteristics of Impacted Areas*. Washington, DC: Congressional Research Service Report RL33141, November. Available at <http://gnocdc.s3.amazonaws.com/reports/crsrept.pdf>. (accessed July 28, 2013)

Gordy, C. (2007). "Troubled Waters," *Essence Magazine*, 38 (3) July, pp. 146-151, 176

GreenLaw.(2012). *GreenLaw's Metro Atlanta Environmental Justice Project Undertakes Mapping of Pollution*. Available at <http://greenlaw.org/item/94837> (accessed July 28, 2013).

Hammer, D. (2008). "Road Home Promises More Customer," *The Times Picayune*, January 4, 2008. Available at http://www.nola.com/news/index.ssf/2008/01/road_home_promises_more_custom.html (accessed July 28, 2013).

Hartman, C. & Squires, G. D., (2007). *There is No Such Thing as a Natural Disaster: Race, Class, and Hurricane Katrina*. New York: Routledge, pp. 1-9.

Heerden, I. and Bryan, M. (2006). *The Storm: What Went Wrong During Hurricane Katrina, The Inside Story from One Louisiana Scientist*. New York: Viking.

Horne, J. (2006). *Breach of Faith: Hurricane Katrina and the Near Death of a Great American City*. New York: Random House.

Jackson, S. (2005). "Un/natural Disasters, Here and There," *Understanding Katrina: Perspectives from the Social Sciences*. New York: Social Science Research Council, p. 1;

Johnson, B.L., R.C. Williams, and C.M. Harris (1992). *Proceedings of the 1990 National Minority Health Conference: Focus on Environmental Contamination*. Princeton, NJ: Scientific Publishing Co., Inc.

Jordan, L. J. (2006, June 29). Washington extends full pickup costs of hurricane debris removal. *Associated Press*. Retrieved from WWLTV.com

Kaufman, M. (2008, January 18). FEMA flip-flops again on trailers. *The Washington Post*, Available at <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2008/01/17/AR2008011702965.html> (accessed July 28, 2013).

Lee, C. (1992a). *Proceedings: The First National People of Color Environmental Leadership Summit*. New York: United Church of Christ Commission for Racial Justice.

Lee, B. L. (1992b, February). *Environmental Litigation on Behalf of Poor, Minority Children: Matthews v. Coye: A Case Study*. Paper presented at the Annual Meeting of the American Association for the Advancement of Science, Chicago, IL.

Liu, A. and A. Plyer. (2008). *The New Orleans Index: Tracking Recovery of New Orleans and the Metro Area*. Washington, DC: The Brookings Institution and Greater New Orleans Community Data Center, January, p. 6.

Luther, L. (2006). *Disaster Debris Removal after Hurricane Katrina: Status and Associated Issues*. Washington, DC: Congressional Research Service Report to Congress (June 16), p. 1.

Mann, E. (2006). *Katrina's Legacy: White Racism and Black Reconstruction in New Orleans and the Gulf Coast*. Los Angeles: Frontline Press.

Martell, B. (2006). "Horse Racing Returns to New Orleans," *Associated Press*, November 23. Available at http://www.washingtonpost.com/wpdyn/content/article/2006/11/23/AR2006112300790_pf.html

Miranda, M.L. (2011). Making the Environmental Justice Grade: The Relative Burden of Air Pollution Exposure in the United States, *Int J Environ Res Public Health* v.8(6); Jun 2011 PMC3137995. <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3137995/>.

Mohai, P, Kweon, B. Sangyun, L & Ard, K. (2011). Air pollution around schools is linked to poorer student health and academic performance. *Health Affairs* 30(5), 852-862.

National Institute for Environmental Health Sciences (1995). *Proceedings of the Health and Research Needs to Ensure Environmental Justice Symposium*. Research Triangle Park, NC: NIEHS.

News from USW: New Pollution Data Confirms Concern (2006, March 23). Retrieved from <http://www.chron.com/news/article/BW-News-From-USW-New-Pollution-Data-Confirms-1856583.php>

Nossiter, A. (2005). “Thousands of Demolitions Are Likely in New Orleans,” *The New York Times*, October 2.

Pace, D..(2005). “More Place Living With Pollution. *The Associated Press*. December 13. http://www.blackherbals.com/more_blacks_live_with_pollution .htm

Pastor, M., Sadd, J. & Hipp, J. (2001). Which came first? Toxic facilities, minority move-in, and environmental justice, *Journal of Urban Affairs* 23(1), 1-21. Retrieved from <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/0735-2166.00072/pdf>

Raines, B. (2010a). “Alabama Becoming Popular Place to Ship Nation’s Garbage.” *Alabama Press-Register*. January 17.

Raines, B. (2010b). “BP Buys Gulf Scientists for Legal Defense, Roiling Academic Community.” *Alabama Press-Register*. July 16.

Rawlins, W. (2003). Dump’s days fade, *The News & Observer*. November 11. Available at <http://www.ncwarn.org/media/Related%20News%20Articles/art-11-11-03DumpsDaysFade.htm>, (accessed on July 26, 2013).

Ricketts, T.C. and D. L. Pope. (2002). Demography and health care in Eastern North Carolina. *North Carolina Medical Journal* 62: 20-25.

Sapien, J. (2008). Why CDC Responded With ‘Lack of Urgency’ to Formaldehyde Warnings. ProPublica. October 4. Available at <http://www.propublica.org/feature/formaldehyde> (accessed July 26, 2013).

Scallan, M. “(2010). Gulfport Supervisor Rejects BP’s Plan to Use Landfill for Oil Spill Waste.” *Biloxi Sun Herald*. June 8.

Shields, G. (2006). “Five Parishes to Receive Help with Debris Cleanup,” *The Advocate* (Baton Rouge), June 30.

Simmons, A. S. (2006). (Quoted in). "New Orleans Activists Starting from the Ground UP," *The Los Angeles Times*, March 24, 2006. Retrieved from <http://articles.latimes.com/2006/mar/24/nation/na-pollute24>. (accessed July 28, 2013).

Solomon, G.M. and M. Rotkin-Ellman. (2006). *Contaminants in New Orleans Sediments: An Analysis of EPA Data*. New York: NRDC, February 2006.

Spake, A. (2007). *The Nation*, "Dying for a Home: Toxic Trailers are Making Katrina Refugees Ill." (February 15). Available at http://www.alternet.org/story/48004/dying_for_a_home%3A_toxic_trailers_are_making_katrina_refugees_ill (accessed at July 28, 2013).

Treadway, T. (2007). "Formaldehyde Testing on Travel Trailers to Start in September, FEMA Tells Hastings, Mahoney." (August 23). Available at <http://www.tcpalm.com/news/2007/aug/23/congressmen-question-fema-availability-travel-trai/>. (accessed at July 28, 2013).

U.S. General Accounting Office (1983). *Siting of Hazardous Waste Landfills and Their Correlation with Racial and Economic Status of Surrounding Communities*. Washington, DC: Government Printing Office.

U.S. Environmental Protection Agency. (1992). *Environmental Equity: Reducing Risk to All Communities*. Washington, DC: U.S. EPA.

_____. (1998). *Guidance for Incorporating Environmental Justice in EPA's NEPA Compliance Analysis*. Washington, DC: EPA

U.S. EPA and Louisiana Department of Environmental Quality. (2005). "News Release: Top State and Federal Environmental Officials Discuss Progress and Tasks Ahead after Katrina," September 30. Available at <http://www.deq.louisiana.gov/portal/portals/0/news/pdf/administratorjohnson.pdf> (accessed on July 28, 2013).

U.S. Environmental Protection Agency.. (2006). "Release of Multi-Agency Report Shows Elevated Lead Levels in New Orleans Soil, Consistent with Historic Levels of Urban Lead," EPA Newsroom, March 4. <http://yosemite.epa.gov/opa/admpress.nsf/0/BA5F2460D6C777F58525714600693B5B> (accessed on July 28, 2013).

U.S. Environmental Protection Agency. (2007b). *Human and Ecological Risk Assessment of Coal Combustion Wastes (Draft)*. Research Triangle Park, NC: RTI, August 6

U.S. Environmental Protection Agency. (2009). "EPA Approves Plan for Disposal of Coal Ash from TVA Kingston Site at the Arrowhead Landfill in Perry County, Alabama." EPA Region IV, Press Release. July 1.

U.S. Environmental Protection Agency. (2010). "EPA Announces Plans to Regulate Coal Ash." EPA News Release. Available at <http://yosemite.epa.gov/opa/admpress.nsf/0/4ECA022F6F5C501185257719005DFB1B>

U.S. House of Representatives Committee on Oversight and Government Reform. (2007). "Committee Probes FEMA's Response to Reports of Toxic Trailers." (July 19). Available at <http://oversight-archive.waxman.house.gov/story.asp?ID=1413> (accessed July 28, 2013).

U.S. House of Representatives. (2008). "Toxic Trailers - Toxic Lethargy: How the Centers for Disease Control and Prevention Has Failed to Protect the Public Health." Subcommittee on Investigations and Oversight, Committee on Science and Technology. September. Available at http://science.house.gov/publications/caucus_detail.aspx?NewsID=2313 (accessed July 26, 2013).

Varney, J. and J. Moller, (2005). "Huge Task of Cleaning Up Louisiana Will Take at Least a Year," *Newhouse News Service*, October 2.

Williams, L. (2006). "Groups Warn About Arsenic in Soil," *The Times-Picayune*, March 24, 2006. Available at <http://www.cpeo.org/lists/brownfields/2006/msg00123.html> (accessed July 28, 2013).